

Jorge Terena

Coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - CAPOIB

Mesa: Lógica de administração ou lógicas étnicas? Princípios articuladores de uma nova forma de ação do Estado frente às populações indígenas.

Eu queria agradecer esta oportunidade aos organizadores que nos fizeram este convite e, especialmente, agradecer a participação dos índios que estão aqui. Creio que a nossa contribuição ainda vai render muito, irá além desta discussão sobre as bases para uma nova política indigenista. Eu queria lançar uma proposta aos organizadores para que, após o término destas discussões, elas sejam conduzidas em pelo menos duas ou três comunidades indígenas onde o nosso povo possa participar também e incluir algumas coisas, seus pensamentos a respeito de uma nova política indigenista. Fiquei meio preocupado ontem quando ouvi o Dr. Carlos Marés falar sobre a crise do Estado, e isto ter sido reafirmado hoje pelo Márcio Santilli, que é um político. Acho que esta crise vem de 500 anos, a crise que o Estado está tendo com as populações indígenas. Não falo da crise econômico-financeira que estamos presenciando hoje, mas da crise que o próprio Estado, ao longo dos 500 anos, impôs às nossas comunidades. Qual é esta crise? A crise de identidade. Falo nisto e afinal de contas não sou um monge, não sou japonês, não sou chinês, eu sou Terena, lá do Mato Grosso do Sul, não tenho crise de identidade. Mas esta crise de identidade que o Estado quis impor aos nossos povos e às nossas comunidades era justamente para que nós negássemos a nossa identidade indígena, como bem colocou o Ailton Krenak. Quer dizer, depois, o Estado não soube como conduzir a relação com as nossas sociedades, como apontou o Gersen Baniwa, dizendo que a relação do Estado com as nossas sociedades sempre foi uma relação nociva, de guerra, de conquistas e de brigas. Quando eu li o título do nosso assunto para hoje de manhã, fiquei pensando: "Qual é a relação que o Estado tem com a nossa sociedade?" O que nós estamos tentando fazer dentro destes 500 anos é justamente manter uma relação sadia com o Estado, uma relação onde possamos conduzir nossos trabalhos e onde possamos dizer ao Estado o que é que as nossas comunidades necessitam, coisa que até hoje não aconteceu. O Gersen falou a respeito de alguns avanços ao longo destes anos, mas acho que a gente caminha um passo para frente e três para trás; quando achamos que estamos conquistando alguma coisa, temos outras pessoas por trás tentando destruir aquilo que conquistamos. Estamos aqui buscando definir a relação que as nossas sociedades poderiam ter com o Estado para propor uma nova política para as nossas populações, para os povos indígenas do Brasil. Nestes últimos dois anos estamos discutindo uma agenda indígena para o século XXI e gostaríamos que esta agenda fosse ouvida e anexada. Mas parece que a coisa não sai. Como alguém disse ontem, parece que a coisa fica só entre nós, o Estado não consegue ouvir o que nós queremos dizer. Afinal de contas, nestes 5 anos de governo Fernando Henrique Cardoso, nossas organizações e lideranças não foram recebidas pelo Governo nem uma vez. Que relação é esta que o Estado quer ter com a gente se não dialoga conosco, se temos que ficar cutucando o Estado para dialogar? Esta foi a nossa briga há 500 anos e continua a ser. Alguns companheiros reclamam do órgão indigenista. Poderíamos dizer que este órgão indigenista e o Estado como um todo nunca tiveram um programa, nenhum projeto de curto, médio ou longo prazo. Afinal de contas, o Estado sempre trabalhou na emergência, sempre apagando fogo. A FUNAI e os órgãos governamentais estão aí discutindo o plano plurianual para conseguir orçamento para o ano que vem. Muitas vezes penso que os projetos e programas colocados nestes planos plurianuais são apenas pró-forma, é só para dizer: "Temos alguma coisa aqui." Com isto, conseguem arrecadar dinheiro para o ano que vem, para ter alguma coisa e não ficar sem nada. Mas aí eu pergunto: quantos destes projetos e programas são realmente discutidos? Quantas vezes as nossas comunidades tiveram oportunidade de dizer o que querem e o que não querem? Aí vem esta questão da tutela. Como outros companheiros já disseram, acho que corremos o risco de cair numa outra tutela, na tutela das ONGs. Digo isto porque estamos esperando a reforma do Estado. Outro dia falou-se nesta questão do terceiro setor, onde se situam estas organizações sociais, estas organizações não governamentais que vão conduzir os trabalhos na área social para o governo. Quais são estas áreas sociais? Educação, saúde, meio ambiente e a questão de pesquisa científica. Quais serão as organizações que vão estar trabalhando com as nossas comunidades nestas áreas? Quer dizer, para nós, parece que não adianta estarmos saindo da tutela do Estado para entrar dentro de uma outra tutela. Quando se fala na terceirização destes serviços, ouvimos uma estatística aqui hoje de que temos 290 organizações ou associações indígenas. Quantas destas organizações realmente vão ter a oportunidade de conduzir o trabalho dentro das suas comunidades? Este é um desafio para as organizações de apoio. Quantas organizações estão sendo treinadas ou estão tendo recursos humanos treinados para levar adiante estes trabalhos que virão no futuro? Muitas vezes eu penso que o Estado está querendo terceirizar a tutela. Quer dizer, nós nunca vamos sair da tutela? Nosso desejo é que nossas organizações possam ter o direito e a oportunidade de conduzir estes trabalhos com as comunidades. Muitas vezes eu pergunto o seguinte: nesta área da terceirização dos serviços sociais, especialmente na área de educação indígena, será que as ONGs daqui para frente vão construir escolas indígenas? Como é que vai ser isto? Até hoje, as únicas instituições que têm construído escolas são as igrejas, tanto católicas quanto evangélicas. Será que este serviço de educação vai continuar na mão destas igrejas ou as ONGs também vão entrar? Como é que vai ser isto? Que relação é esta que nós temos com o Estado? Se é uma relação nociva para as nossas populações, para a sociedade indígena, porque é que nós estamos aqui a cada dia tentando criar um novo relacionamento com o Estado brasileiro? Eu lamento dizer a vocês que este primeiro semestre de trabalho do Congresso Nacional foi uma tristeza para nós. Um grupo de pessoas indígenas em Brasília,

juntamente com organizações de apoio como o ISA, o INESC e o CIMI, tentou aprovar alguns projetos de lei que seriam favoráveis às nossas sociedades e, de repente, a gente encontra uma barreira que não sabemos como quebrar, porque estamos lutando com políticos totalmente anti-indígenas. Muitas vezes buscamos um certo apoio da FUNAI, mas na hora do desespero, para ver se alguma coisa acontece, não vemos a FUNAI se movimentar. Esperávamos que o projeto da Convenção 169 fosse aprovado este semestre, mas infelizmente não foi. O projeto de saúde, que adotava o programa para saúde indígena do deputado Sérgio Arouca ? independente de quem vai conduzir a questão da saúde, se é a FUNAI, a FNS, ou alguma outra instituição ? também não foi aprovado, a votação foi adiada. Esperávamos que o Estatuto do Índio fosse caminhar um pouco, pelo menos que o recurso que parou o Estatuto fosse votado, que fosse rejeitado ou aceito pelos parlamentares, mas também por iniciativa do governo ele está parado. Aí se criou uma CPI da FUNAI, onde estão sendo discutidos meramente os procedimentos de demarcação de territórios indígenas e nada mais, por interesses outros de parlamentares que estão dentro da CPI. Temos um outro projeto de mineração em áreas indígenas que a cada semana sofre um mecanismo para adiar a votação. É desgastante. Lutar com este Estado que se diz favorável às comunidades indígenas, que relação é esta? Nós temos que estar lá brigando, brigando e brigando, para que tenhamos uma nova relação. Nós é que estamos buscando o Estado, não é o Estado que está nos procurando. Os projetos que existem nas comunidades indígenas, pelo Brasil afora, são de iniciativa de quem? Das próprias comunidades, que foram atrás do órgão indigenista para que fosse implementado um programa de trabalho dentro das suas comunidades. Não foi a FUNAI que chegou lá e disse: "Vamos discutir um projeto para vocês." Isto nunca aconteceu. Hoje os representantes das comunidades têm que vir a Brasília para oferecer o projeto da comunidade para o órgão, quando deveria ser o contrário, se é que estamos vivendo dentro de um Estado que visa a defesa dos nossos povos. Até onde vamos continuar lutando contra o Estado, para que ele assuma o seu dever de defender os povos indígenas? Está chegando no aniversário dos 500 anos do descobrimento do Brasil e vamos continuar brigando com o Estado? Será que vamos algum dia ter paz e dormir tranquilos, sem pensar que as nossas terras vão ser invandidas, que os nossos recursos naturais vão ser roubados? Espero que sim, e contamos com a ajuda de vocês para que o Estado brasileiro tenha um programa e projetos de política indigenista de curto, médio e longo prazo. Obrigado.